

PROCESSO N° : 2015/24830/003108
UNIDADE GESTORA : 248300 – Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV/
FUNPREV – Fundo de Previdência.
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2015
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 070/2016
SGD N° 2016/09049/000913

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual do **Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV**, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 5.364/2016.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 10 da Instrução Normativa n° 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1° de janeiro a 31 de dezembro de 2015**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às **fls. 260 a 261**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta superávit orçamentário de **50,67%**, o que indica a boa situação da execução orçamentária da unidade.

3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um bom nível de execução com percentual médio de **63,26%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	787.376.928,00	624.596.782,65	79,33
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	702.047.614,00	317.701.143,09	45,25
Deduções da Receita	0,00	30.634,71	-
TOTAL	1.489.424.542,00	942.267.291,03	63,26



[Handwritten signatures and initials]

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	ARRECADADA	%
0241	1.489.424.542,00	942.267.291,03	63,26
TOTAL	1.489.424.542,00	942.267.291,03	63,26

3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **35,08%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	841.763.276,00	521.858.283,74	62,00
Despesa de Capital	6.900.750,00	664.858,50	9,963
Reserva de Contingência	641.056.516,00	0,00	0,00
TOTAL	1.489.720.542,00	522.523.142,24	35,08

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
000 – Recursos Ordinários	296.000,00	286.659,02	96,84
241 - Recursos Previdenciários	1.489.424.542,00	522.236.483,22	35,06
TOTAL	1.489.720.542,00	522.523.142,24	35,08

3.4 As alterações no orçamento inicial refletem um aumento de **0,02%**, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias.

3.5 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 1.054.956.703,63** somada às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 3.478.998.214,82**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 24.826.963,21** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 3.350.654.087,93**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 522.570.184,63**, as transferências financeiras concedidas no montante de **R\$ 3.478.680.893,30**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 284.125.672,41**, restando saldo de **R\$ 3.624.059.219,25** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 263 a 264.

3.5.1 A despesa de custeio administrativo do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, na ordem de **R\$ 10.409.506,21**, correspondente ao custeio necessário à organização e ao funcionamento da entidade, representa **0,42%** do total das remunerações, proventos e pensões dos segurados, relativas ao exercício de 2015 (cálculo efetuado sobre o exercício anterior), dentro, portanto, do limite de **2%** estabelecido no art. 69 da Lei nº 1.614, de 4 outubro de 2005, alterada pela Lei nº 1.837/2007.

3.6 O Balanço Patrimonial, às fls. 268 a 269, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:



3.6.1 O Ativo Circulante é consideravelmente maior que o Passivo Circulante, indicando que o Órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo.

3.6.2 O resultado da comparação do Ativo Não Circulante, composto pelo Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado, Intangível com o Passivo Não Circulante (Dívida Fundada), representado pelo parcelamento junto ao INSS, revela que o valor dos compromissos de longo prazo corresponde ao percentual de **23.305,50%**.

3.6.3 Houve inscrição de restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 337.644,72**, deste montante, **R\$ 11.642,85** refere-se a restos a pagar processados e **R\$ 326.001,87** de restos a pagar não processados.

3.6.3.1 Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, do qual foi liquidado **R\$ 115.087,37**, pago **R\$ 115.087,37** e cancelado **R\$ 262.728,92**, não restando mais saldo.

3.6.3.2 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores foi pago todo o montante de **R\$ 68.434,22**.

3.6.4 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um superávit financeiro de **3.627.898.405,39**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 3.628.236.050,11**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 337.644,72**, conforme fl. 269.

3.7 Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado no valor total de **R\$ 9.090.652,10**, já deduzida a depreciação, não havendo informações a respeito de divergências entre os sistemas SIAFEM e SISPAT. Há de se ressaltar que não consta nos autos informações a respeito de bens móveis próprios ou de terceiros em processo de localização.

3.8 A conta contábil "Estoques" apresenta saldo no valor de **R\$ 66.014,93**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 371 a 380.

3.9 A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa" registra saldo no valor total de **R\$ 4.879.084,54**, consoante extratos e conciliação bancária, às fls. 412 a 1.425.

3.9.1 Registra-se ainda, saldo na conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, no valor de **R\$ 3.619.180.134,71**, devidamente conciliado com os extratos e demonstrativos bancários às fls. 414 a 593.

3.10 As contas do Passivo Circulante totalizam um saldo de **R\$ 24.805,10**, correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo,





Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, Obrigações Fiscais a Curto Prazo, Obrigações de Repartição a Outros Entes e Demais Obrigações a Curto Prazo.

3.11 O saldo inicial da conta "Passivo Não Circulante" registra **dívida fundada** no valor de **R\$ 26.148.145.047,83**, referentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo, Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo, Obrigações de Repartição a Outros Entes, Provisões a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

3.12 O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de **R\$ 16.264.553.470,30** e Variação Patrimonial Diminutiva de **R\$ 24.353.727.732,24**, demonstrando resultado patrimonial **negativo** do período, no montante de **R\$ 8.089.174.261,94**, conforme demonstrado à fl. 266.

3.13 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido no valor de **R\$ 269.298.393,24**, à fl. 274.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes ao **Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV**, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação prévia de **4** (quatro) processos de adesão em ata de registro de preços, além de **1** (um) processo de contratação de empresa para a prestação de serviços de outsourcing de impressão, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas

4.2 No exercício de 2015, a Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados **1** (um) atendimento via telefone, **4** (quatro) atendimentos presenciais, para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, regularização contábil, licitação, dentre outras.

4.3 Houve acompanhamento e avaliações trimestrais, durante todo o exercício de 2015, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, o que possibilitou indicar medidas para o alcance dos resultados demonstrados no item 6 deste Relatório.

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado realizou Auditoria de Regularidade no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do



[assinatura] 4 [assinatura]



Tocantins no exercício em análise, não tendo ainda encaminhado o respectivo relatório a unidade gestora, conforme informado à **fl. 1.432**.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão às **fls. 89 a 139**, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE demonstra que as atribuições do **Instituto de Previdência do Estado do Tocantins** com contribuição do **Fundo de Previdência do Estado do Tocantins** foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance das ações do Programa 1083 - Gestão e Manutenção do Instituto de Previdência do Estado do Tocantins e 1039 - Previdência de Inativos e Pensionistas do Estado e 1034 - Governo e Cidadão estabelecidos na Lei Estadual nº 2.538/2011 (PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 2.942/2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.2 Em relação à avaliação da **1** (uma) iniciativas vinculada ao objetivo 009, percebe-se um bom desempenho, especificado no relatório, à **fl. 1.440**.

6.1.2.1 Para a realização dessa iniciativa foi elaborado **1** (uma) ação orçamentária de natureza atividade, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um elevado grau de eficiência, apesar da não realização financeira da mesma, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, à **fl. 96**.

6.1.3 A execução das ações de gestão com meta física, envolvendo um total de **3** (três), sendo **2** (dois) de natureza atividade e **1** (uma) projeto, demonstram que a avaliação feita com base nos índices de gestão de produtividade explicita um bom grau de eficiência com execução média de **83,01%**, apesar da baixa execução orçamentário-financeiro de **19,37%** do valor autorizado, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 97 a 101**.

6.1.3.1 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de **8** (oito) ações orçamentárias, sendo **6** (seis) de natureza atividade e **2** (duas) de natureza projeto, demonstra que as mesmas não tiveram uma significativa contribuição, uma vez que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de **35,16%** de execução no Programa de Gestão e Manutenção da Pasta, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 102 a 109**.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às **fls. 1.427 a 1.428**, um quantitativo de **169** servidores ativos, sendo que **07** servidores foram admitidos no exercício de 2015 por meio de concurso e **07** por meio de contrato temporário.



[Handwritten signatures and initials]
5

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Jacques Silva de Sousa, Floriano Rodrigues Alves** e outros relacionados neste processo às fls. 09 a 11.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, aos 23 dias do mês de março de 2016.


Wellington Junior Silveira
Gerente de Auditoria em Gestão
Administrativa


Kilmânia Rodrigues de Melo Miranda
Gerente de Avaliação e Controle da
Gestão Governamental


Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

I – De acordo;

II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão do competente parecer de auditoria.

Em 23/03/2016.


SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Superintendente de Gestão de Ações de Controle Interno

